

## ÉPOCAS HISTÓRICAS VERSUS ÉPOCAS CÓSMICAS

Marco Maschio Chaga\*

---

**Resumo:** Este texto discute alguns efeitos no Brasil da polêmica entre Georg Lukács e Walter Benjamin. Nascida no interior do marxismo internacional, esta polêmica dividiu a teoria marxista sobre a história em duas teorias distintas: as épocas históricas (de Lukács) e as épocas cósmicas (de Benjamin).

**Abstract:** This text discusses some effects in Brazil of the controversy between Georg Lukács and Walter Benjamin. Raised inside international Marxism; this controversy divided the Marxist theory on history into two different theories: the historic epoch (Lukács) and the cosmic epochs (Benjamin).

**Palavras-chave:** teoria; literatura; história; marxismo

**Key words:** theory, literature, history, marxism

---

*Não devemos querer um estado único, mas sim devemos querer nos tornar seres periódicos: ou seja, nos tornar iguais à existência.*

Nietzche

As polêmicas capitais persistem, enquanto as polêmicas venais são efêmeras. De maneira geral, quando se analisa a circulação das polêmicas literárias nos meios de comunicação percebe-se a existência de duas grandes séries de polêmicas que, por sua vez, dividem-se em uma infinidade de sub-séries.

---

\*Universidade Federal do Paraná - CNPq

A primeira série poderia ser caracterizada como venal, diacrônica ou de curta duração, e diz respeito às sobreposições de pontos de vista, nestes casos (diga-se de passagem, o mais comum), a polêmica serve para evidenciar uma postura que deve sobrepor-se à outra, ou seja, na maioria dos casos envolve uma posição individual e contrária a um outro ponto de vista. Não raro, o que está em jogo são posicionamentos oriundos de uma disputa ideológica, portanto, tais posturas refletem a escolha, em última instância, política de cada uma das partes. Menos freqüente, mas dotada de um mecanismo semelhante, as polêmicas podem refletir um juízo de gosto pessoal, o que, obviamente, remete a posicionamentos antagônicos, que pretendem dividir o gosto dos leitores, criando a sensação de que não existe a possibilidade de escolha diante do binarismo que se instala. Nestes casos, o jogo é, em detrimento do político, uma disputa pessoal de egos em ebulição. Dentro desta grande série das polêmicas venais, ainda existem outras sub-séries que podem refletir a disputa política no interior de uma disciplina específica, como, por exemplo, um debate sobre os modos de produção na história, ou sobre os conceitos centrais do freudianismo na psicanálise.

A segunda grande série é mais complexa. Esta segunda série pode ser caracterizada como capital, sincrônica ou de longa duração, e diz respeito aos fundamentos da civilização ocidental. Esta série reflete posicionamentos tão amplos que contaminam, embora não necessariamente, as sub-séries apresentadas anteriormente. A mais conhecida dessas polêmicas dá conta da criação de uma das primeiras e mais duradouras das utopias, a cara idéia de um mundo ideal regulado pela *República* de Platão. Sabe-se que a elaboração deste conjunto de regras capazes de regular a vida pública e privada obedeceu a um sistema que pode ser caracterizado como racional e lógico. Para tanto, seria necessário depurar ou mesmo exilar certas tendências com vocação para o desagregamento, ou à desconfiança; enfim, seria preciso ir de encontro aos mitos, destruindo qualquer tendência escapista, assentada em qualquer possibilidade de sapiência ou de exímia capacidade de metamorfoses. Destruía-se, assim, o mundo possível, mas ficcional e poético, criado por Homero. Ou seja, a *República* de Platão é, em grande parte, uma resposta ao mundo homérico, ou, de outro modo, uma resposta ao mundo das fábulas e das interpretações absurdas.

### No interior do marxismo

A polêmica entre Georg Lukács e Walter Benjamin, que será comentada a seguir, é um dos casos em que houve contaminação, transformando uma polêmica

venal em um nó que só encontraria eco na polêmica capital. De certa forma esta polêmica formou um núcleo do qual irradiou parte substancial das polêmicas literárias nacionais, ao longo dos anos setenta e oitenta, quando se percebeu com maior definição a existência de uma diáspora no interior do marxismo.

Tributária da Escola de Frankfurt, a Teoria Crítica ou a crítica cultural temia que um outro marxismo, pensado nos termos de uma homogeneidade compulsória, pudesse ser o responsável pela cassação das liberdades individuais. Lukács encontrase entre os defensores de uma abordagem histórica associada às interpretações simbólicas, que pensa a literatura, a história, a cultura, a partir do conceito de *época histórica*; e, na outra ponta, Benjamin posiciona-se entre os defensores das análises alegóricas, pensando estes mesmos termos a partir das complexidades e indeterminações do conceito de *época cósmica*.

Embora seja inviável, e tampouco faça parte de meu interesse, a demarcação clara sobre as balizas que marcam o início e o final destes dois tipos de abordagem (até porque seu início é difuso e, ao mesmo tempo, nenhuma das duas teve fim), creio que seja interessante mencionar que, em torno das abordagens simbólico-marxistas, se formou uma espécie de homogeneidade interpretativa, que perdurou de forma mais ou menos clara até meados dos anos sessenta. Poderíamos dizer que a disputa travada entre Benjamin e Lukács tinha, em última instância, alguma espécie de controle sobre o direcionamento das análises históricas; a ortodoxia simbólica foi o sistema vencedor, que perdurou de forma hegemônica até meados dos anos sessenta.

A partir de então, começaram a ser observados os primeiros sinais de esgotamento do marxismo-simbólico, que não conseguia mais responder satisfatoriamente ao adensamento das antigas e o acúmulo de novas questões. Assim, mergulhado em águas turvas, o método simbólico torna-se o responsável pela radicalização de boa parte de seus seguidores e deixa de ser uma voz uníssona, mostrando-se incapaz de formular *a resposta* ou *a saída* (comunista ou socialista), cujas esperanças da utopia marxista havia sido depositada.<sup>1</sup>

As desilusões vinham de vários cantos, mas a desconfiança de que o engajamento político não era mais a única resposta tornava-se cada vez mais nítida.

---

<sup>1</sup> Por razões históricas (sendo a mais importante o golpe de 64), houve um descompasso entre os acontecimentos que estavam ocorrendo na Europa e seus correlatos no Brasil. Aqui, estas questões desembarcariam somente no final dos anos setenta e início dos oitenta.

Antes de submergirem completamente, as abordagens simbólicas passam a lançar mão da mescla e do hibridismo para se fundir ao inimigo: a perspectiva alegórica. Como último refúgio, o marxismo-simbólico passa a se confundir ao arsenal inimigo que advém do pensamento alegórico, ou resistem de forma anacrônica e tornam-se posicionamentos isolacionistas. Desta forma, a partir dos sessenta, o *estilo* alegórico passa a responder pelo esgotamento das formulações simbólicas.

Enquanto a polêmica sobre estas duas possíveis formas de se elaborar uma teoria literária capaz de abranger os mais diversos campos do conhecimento se encorpava no interior do marxismo europeu dos anos trinta, o que prevalecia no Brasil eram as abordagens mais clássicas, vinculadas à crítica impressionista, que dominou o campo das discussões literárias até meados dos anos cinquenta.<sup>2</sup>

A polêmica entre Lukács e Benjamin desembarca no país de forma parcial. Em primeiro lugar, porque Benjamin não chega com a mesma intensidade que Lukács.<sup>3</sup> Em segundo lugar, porque a consolidação de um sistema universitário estava em pleno curso e isso, por si só, já significava uma série de reordenações internas que postergavam o exame detalhado daquela querela. Flora Süssekind traça o panorama das disputas internas e demonstra como os embates nacionais estavam acalorados àquela altura. Primeiro, a polêmica interna carioca entre a crítica impressionista de Álvaro Lins e o *new criticism* de Afrânio Coutinho, e, paralelamente, a polêmica acadêmica entre Afrânio e a vertente sociológica e marxista<sup>4</sup>, que havia sido formulada com o lançamento da *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido. As contingências históricas favoreceram as análises oriundas do marxismo em virtude de suas características intrínsecas, ou seja, tanto por seu caráter político, quanto por sua veia crítica, a tradição teórica do marxismo vencia ou anulava as adversárias representadas pela crítica impressionista e pelo *new criticism*.

<sup>2</sup> O panorama da crítica brasileira, nas primeiras décadas do século XX, pode ser encontrado em dois textos de Flora Süssekind: *Literatura e vida literária. Polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. "Rodapés, tratados e ensaios. A formação da crítica brasileira moderna". In: *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

<sup>3</sup> Há uma diferença desproporcional quando se compara a recepção que ambos tiveram no Brasil. Enquanto as primeiras traduções de livros de Lukács datam do início da década de sessenta, apenas em 69 os primeiros textos de Benjamin foram traduzidos. Mas o que torna o desequilíbrio entre ambos ainda mais acentuado se refere aos usos do pensamento lukacshiano, que pode ser observado e aquilardado entre os muros das universidades, principalmente a USP. O uso de Lukács se dá de maneira tão extensiva que o lukacshianismo é arrolado por Flora Süssekind (in: *Literatura e vida literária*) entre as principais modas teóricas da década de sessenta e setenta.

<sup>4</sup> A forte presença da teoria literária de Lukács nos escritos de Antonio Candido à época (sobretudo em *Literatura e Sociedade* de 1965) demonstra, de alguma forma, qual era a perspectiva marxista em voga naqueles anos nos estudos literários realizados em São Paulo.

A partir de 69, cumprindo uma sina irônica associada aos fragmentos, os textos de Benjamin começam a circular no país. Mas a leitura mais detida de sua obra será realizada de forma pouco sistemática. Embora a bibliografia benjaminiana tenha sido utilizada nas universidades desde o início dos setenta, a tradução de seus livros se realizaria somente nos anos oitenta. Portanto, é durante a ressaca lukasciana que o pensamento de Benjamin é revigorado.

A crítica literária marxista instrumentalizada ao longo do século XX foi vital para colocar em xeque práticas e hipóteses de leitura e, além disso, ela teve força suficiente para inverter grande parte da lógica positivista e linear sob a qual as histórias literárias e a crítica repousavam. De forma genérica, a crítica marxista trabalhava ao lado e, em muitos casos, se confundia com um tipo de oposição política que se opunha a crítica tradicional, tanto daquelas orientadas pelo impressionismo, quanto de outras vertentes associadas às leituras fechadas.

Em oposição à tradição liberal e conservadora, a crítica literária marxista passou a lançar mão de um conceito que teve um curto período de ascendência e, rapidamente, foi apagado da memória dos críticos e da historiografia contemporânea. Trata-se do conceito de *época histórica* que, para o bem ou para o mal, serviu para toda uma geração de críticos marxistas. Nos anos trinta do século passado, Georg Lukács passou a defender uma série de preceitos que, invariavelmente, passaram a orientar um tipo específico de posicionamento da crítica literária marxista.

Em um conhecido ensaio sobre Franz Kafka, Walter Benjamin assinalava duas formas distintas de se posicionar diante da história: “Lukács [escreve Benjamin] pensa em períodos históricos, Kafka em períodos cósmicos”.<sup>5</sup> Nesse sentido, a teoria da modernidade proposta por Kafka não apresenta diferenças drásticas em relação ao que o próprio Benjamin imaginava a respeito da história e, conseqüentemente, da modernidade.

A polêmica entre ambos caminhará no interior do marxismo refletindo mais uma de suas idiossincrasias, entretanto, vale lembrar que a polêmica possuía um contorno definido, ou seja, a perspectiva alegórica da história reivindicada por Benjamin questionava boa parte do edifício marxista; enquanto, por outro lado, Lukács postava-se como um dos principais defensores das interpretações baseadas em uma perspectiva simbólica da história.

---

<sup>5</sup> BENJAMIN, Walter. Franz Kafka. In: *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 138-9.

Para Benjamin, existia toda uma mitologia antiga que ainda se fazia presente, mesmo que adormecida, nas consciências dos fiéis ao longo do período medieval. A Igreja, por seu turno, pretendia apagar de vez esta incômoda memória e, assim, negava-se a restabelecer qualquer possibilidade de continuidade em relação ao antigo. Conseqüentemente, o suprimido retorna e, com ele, as reminiscências ganham força; do mesmo modo, uma série de divindades retornam, passando a povoar a imaginação dos fiéis, assim como dos infiéis. Estas divindades paralelas e este culto ao paganismo não tinham, evidentemente, condições de ser elevados à condição de igualdade ao grande Deus do cristianismo; entretanto, ao mesmo tempo em que estas reinterpretações difusas e livres (livre porque se perde a noção de continuidade e a crença na origem) da mitologia clássica alimentavam e forneciam matéria e inspiração à arte em geral, a onipresença e a própria existência desta divindade centralizadora era gradativamente abalada e questionada. O meio pelo qual se acirrou esta descrença na continuidade artificial do tempo instaurada pelo cristianismo pode ser creditado ao uso da alegoria como forma de revigorar a ascendência das análises fundadas em um tipo de restauração de descontinuidades temporais.

A alegoria não teria surgido nunca, se a Igreja tivesse conseguido expulsar sumariamente os deuses na memória dos fiéis. (...) o antigo mundo dos deuses deveria ter sido extinguido, e no entanto ele foi salvo justamente pela alegoria. Pois a visão da transitoriedade das coisas e a preocupação de salvá-las para a eternidade estão entre os temas mais fortes da alegoria. (...) O 'instante' místico se converte no 'agora' atual; simbólico se deforma no alegórico. (...) Enquanto o símbolo atrai para si o homem, a alegoria irrompe das profundidades do Ser, intercepta a intenção em seu caminho descendente, e a abate. (...) Na esfera da intenção alegórica, a imagem é fragmento, ruína. Sua beleza simbólica se evapora, quando tocada pelo clarão do saber divino. O falso brilho da totalidade se extingue.<sup>6</sup>

No mesmo sentido, Fredric Jameson oferece uma outra forma de sistematizar os conceitos de símbolo e alegoria que favorecem a compreensão dos dois termos.

Enquanto o símbolo, à medida que se desvanece, mostra a face da Natureza à luz da salvação, na alegoria é a *facies hippocratica* da história que jaz como uma paisagem petrificada diante dos olhos de quem contempla. A história, em tudo que tem de malgrado, penoso, abortado, ex-

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*, p.198, 246.

pressa-se nesta face – não, nessa caveira. E conquanto possa ser verdade que tal modo alegórico seja desprovido de qualquer liberdade ‘simbólica’ de expressão, de qualquer harmonia clássica de feição, de tudo o que é humano, o que é portentosamente expresso aqui na forma de um enigma não é apenas a natureza da vida humana em geral, mas também a historicidade a historicidade biográfica do indivíduo mais natural e organicamente corrompida. Esta – a mundana exposição barroca da história como estória do sofrimento do mundo – é a essência mesma da percepção alegórica; a história ganha sentido somente nas estações de sua agonia e deterioração. A quantidade de significado é exatamente proporcional à presença da morte e do poder da decomposição, uma vez que é a morte que traça a linha recortada entre *Physis* e sentido.<sup>7</sup>

A polêmica gerada no interior do marxismo nos anos trinta pode ser reposicionada da seguinte forma: inicialmente, Lukács defende a noção da modernidade que interessava ao marxismo e precisava ser estimulada por uma visão de conjunto, uma visão histórica que fosse capaz de responder de forma clara às questões sobre o futuro da história. Era necessário ter em mente que a noção de uma história em unidades temporais (e daí a insistência de Lukács em defender uma noção histórica baseada no conceito de *época histórica* em oposição ao conceito de *época cósmica* defendido por Benjamin<sup>8</sup>) se converteria em um dos principais sustentáculos da teoria marxista, que requisitava a existência de etapas históricas bem delimitadas. Evidentemente, fica claro que Lukács defendia um marxismo mais próximo do materialismo histórico de Marx, ao passo que a Benjamin interessava pensar em um materialismo mais flexível, próximo ao idealismo, que fosse capaz de se distender até o ponto de contato com o conceito de *época cósmica*. Contudo, o termo *época cósmica* soava de maneira estranha aos ouvidos educados dentro das normas ortodoxas do marxismo e, ao mesmo tempo, contribuía para aumentar o isolamento de Benjamin diante de um tipo de marxismo que se internacionalizava cada vez mais rápido. Para dar conta de implementar os usos das interpretações baseadas no conceito de *época cósmica*, Benjamin parece ter mudado sua forma de se relacionar com os

<sup>7</sup> Walter Benjamin apud JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.62-63.

<sup>8</sup> “A convergência entre Adorno e Benjamin, em termos de método e categoria de tempo, implica uma posição antitética a de Lukács – antítese entre o conceito lukacsiano de ‘época histórica’ (Zeitalter) e o de ‘época cósmica’ (Weltalter), utilizado por Benjamin e Adorno, que declara: ‘eu diria que, para nós, o conceito de época histórica é por assim dizer inexistente (tão pouco como conhecemos decadência ou progresso, no sentido aberto (...)) apenas existe a época cósmica, enquanto extrapolação de um presente petrificado’”. BOLLE, Wille. O processo da literatura, in: *Folhetim*, n° 337, 3 de julho de 1983, p 10.

textos que escrevia: um pouco pela necessidade venal de se tornar jornalista, e, sobretudo, por acreditar que as análises fundadas no uso alegoria constituíssem sua contribuição capital para criação de uma teoria de longa duração sobre a modernidade. Sendo assim, Benjamin parecia escapar, cada vez mais, dos domínios territoriais do marxismo clássico. A escrita fragmentária e o recorrente ensaísmo são exemplos que reforçavam a adesão de Benjamin às interpretações alegóricas da história; além disso, o uso desses dois recursos (do ensaio e da alegoria) impedia o completo desenvolvimento da dialética marxista. Para complicar, a questão judaica que envolvia a atmosfera de confecção de seus textos e os estudos cabalísticos acentuavam ainda mais a sedução de Benjamin aos recursos concedidos às leituras alegóricas. O uso cada vez mais extensivo do ensaio como sua forma de expressão *par excellence* indicava que a dialética marxista e a compreensão da história através de unidades encerradas, mais ou menos completas, vinham sendo postas à margem.

A dialética que ainda resta em Benjamin é tributária ao niilismo nietzschiano e muito próximo das soluções literárias de Kafka. Ou seja, o que era apatia em Kafka ou niilismo em Nietzsche transforma-se em melancolia em Benjamin. Por falta de esperança, a melancolia impede que ocorra o fechamento do círculo histórico, impede que ocorra qualquer tipo mais positivo de síntese histórica. Em consequência, a dialética benjaminiana passa a apresentar características que, gradativamente, a tornam uma opção negativa e obscura que questiona a idéia de um futuro reservado às esperanças revolucionárias. Ao contrário, as célebres *teses sobre a história* tornariam irreversíveis quaisquer tentativas de reconciliação com o futuro.

A utilidade da análise de Benjamin, contudo, está na sua insistência numa distinção também temporal: o símbolo é o momento no tempo, instantâneo, lírico, único; e esta limitação temporal expressa talvez a impossibilidade histórica, no mundo moderno, de a genuína reconciliação perdurar no tempo, de ser algo mais do que um presente lírico acidental. A alegoria, ao contrário, é o modo privilegiado de nossa própria vida no tempo, um canhestro decifrar de significado de momento em momento, uma penosa tentativa de restaurar uma continuidade em instantes heterogêneos e desconexos.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*, p.62. O uso do termo alegoria teve, a princípio, uma acepção mais simples entre nós. De acordo com esta primeira acepção do termo, a alegoria significava um acessório complementar, que servia para designar uma figura de linguagem, que tomava o particular pelo geral, ou seja, podia ser compreendida como um adjetivo, que fornecia um significado interpretativo a mais. Distendendo um pouco este uso mecânico do termo, em 1983, Luiz Costa Lima se referirá à alegoria da seguinte forma: “O alegórico contém uma dificuldade específica: se ele permitir a pura transcrição tipo ‘isso é aquilo’, o isso, ou seja, a narrativa, se torna inútil, casca de fruta que se joga



Por outro lado, detrás da defesa das leituras simbólicas da história havia o amparo explícito de um Projeto de Modernidade. A solução de continuidade em defesa deste Projeto passava pela justificação de um método de abordagem histórica, literária, social, que permitisse aos teóricos marxistas a preservação da coesão metodológica, com força suficiente para preservar as análises vinculadas à historiografia marxista em termos de etapas históricas ou algum outro equivalente. Centrando forças na resistência às interpretações alegóricas, que, em última instância, faria ruir o edifício marxista clássico, a perspectiva simbólica procurava se manter como uma espécie de última defesa da história. Há, evidentemente, pelo menos duas versões da história em conflito: a primeira, a benjaminiana, defende uma visão que admite a sincronia; ao passo que a segunda precisa defender a noção diacrônica da história sob pena de alimentar a sua própria ruína.

Lo que permanece – dice Benjamin – es el detalle caprichoso de las referencias alegóricas: un objeto del saber que anida en las ruinas y sólo se encuentra cuando se las examina con detalle.(...) Interpretar es para Benjamin, jugar con el texto, resemantizarlo, dejarse atravesar por la pluralidad propia que emerge del mundo de lo alegórico.<sup>10</sup>

Vale lembrar que, entre tantas decorrências, a distinção entre símbolo e alegoria realizada por Benjamin questiona a noção de conhecimento anunciando o surgimento de um tipo de experiência marcado pelo abandono da história acumulada (de uma experiência centrada na noção de continuidade completa), admitindo que a história do século XX estaria norteada por um estranho movimento de idas e vindas, sem se respeitar um sentido único; neste caso, a metáfora da rua de mão dupla seria utilizada para explicitar os mecanismos de funcionamento de um tipo de reconstrução histórica baseado na idéia de restauração de continuidades desconexas (dos fragmentos).

---

fora. Para assumir significação, o fantástico necessita criar uma curva que o reconecte com o mundo. Se, entretanto, esta curva tornar-se a única, persistirá a significação com o apagamento de sua fonte. Para se manter, a alegoria precisa ser plural” (apud Flora Sussekind, op. cit. p. 60). Sendo assim, a alegoria como adjetivo é superada e passa a designar uma forma específica de interpretação do texto literário, ou seja, deixa de ser apenas um adjetivo e se torna um substantivo. Em Benjamin, contudo, a interpretação alegórica possui um grau de complexidade maior, porque seu significado se desloca rapidamente em direções diferentes, atuando em frentes distintas, embora estas diferenças sejam dependentes: ora o conceito se liga a um problema temporal, ora se prende a questão da dialética e, em outros casos, como se verá adiante, a alegoria serve como modelo restaurador de continuidades, servindo como uma rápida passagem entre o antigo e o moderno.

<sup>10</sup> FORSTER, Ricardo. *W. Benjamin e TH. W. Adorno. El ensayo como filosofía*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991, p. 20.

Se as regras do jogo no qual estava inserida a lógica das épocas históricas estava claramente permeada pela percepção de que ocorreria algum tipo de superação das condições históricas anteriores, com força subversora capaz de modificar todo um sistema de interpretação baseado na totalidade, num outro quadrante contudo, as regras do jogo alegórico ainda estão em uma espécie de *continuum*, e, neste caso, estas mesmas regras estão sendo definidas e redefinidas em nossa atualidade, muito embora deva ser acrescentado que vários sentidos deste funcionamento já se tornaram perceptíveis e, há algum tempo, já se tornou possível, querendo ou não, observá-los ao nosso redor. Entretanto, é fundamental que se observe a não existência de uma tensão, nem aguda nem superficial, entre a presença residual das interpretações simbólicas, que advogam para si o direito de modificar as estruturas, e a ascendência das épocas cósmicas, que parecem estar prostradas sob um certo niilismo anti-dialético ou, se preferirem, de uma dialética em repouso absoluto. Para além das tensões que regem o funcionamento da dialética, a perspectiva do alegorista contemporâneo se alimenta de um tipo de seiva que o nutre na medida certa, possibilitando-lhe que seja postergado para o dia seguinte o descobrimento de mais um verbete desta infinita enciclopédia ou deste “manual de regras” que parece ter-se transformado o trabalho da teoria.